

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	635.121
Preferenciais	0
Total	635.121
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.995.946	2.151.182
1.01	Ativo Circulante	63.121	131.088
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.382	105.552
1.01.03	Contas a Receber	16.712	19.885
1.01.03.01	Clientes	16.712	19.885
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.556	743
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.556	743
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.085	4.134
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.386	774
1.01.08.03	Outros	1.386	774
1.02	Ativo Não Circulante	1.932.825	2.020.094
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	117.875	102.942
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	400	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	400	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	112.388	98.395
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	112.388	98.395
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.087	4.547
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.454	2.914
1.02.01.10.04	Outros Ativos	1.633	1.633
1.02.03	Imobilizado	6.422	6.245
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.200	4.469
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.222	1.776
1.02.03.02.01	Ativo de direito de Uso	2.222	1.776
1.02.04	Intangível	1.808.528	1.910.907
1.02.04.01	Intangíveis	1.808.528	1.910.907
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	1.808.528	1.910.907

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.995.946	2.151.182
2.01	Passivo Circulante	247.237	401.993
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.785	4.112
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.785	4.112
2.01.02	Fornecedores	55.376	53.766
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	55.376	53.766
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.256	6.388
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.256	6.388
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	451
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	6.256	5.937
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	122.431	186.652
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	121.866	186.223
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	79.236	143.222
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	42.630	43.001
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	565	429
2.01.04.03.01	Valore a pgar de Arrendamento Mercantil	565	429
2.01.05	Outras Obrigações	37.061	40.553
2.01.05.02	Outros	37.061	40.553
2.01.05.02.04	Verba de Fiscalização	576	572
2.01.05.02.05	Outros Passivos	14.269	15.317
2.01.05.02.06	Valores a pagar à ANTT	22.216	24.664
2.01.06	Provisões	20.328	110.522
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.652	6.958
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	7.652	6.958
2.01.06.02	Outras Provisões	12.676	103.564
2.01.06.02.04	Provisão para Investimentos em ampliação e recuperação de rodovia	12.676	103.564
2.02	Passivo Não Circulante	1.154.220	1.162.312
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	395.590	413.838
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	393.933	412.262
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	393.933	412.262
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.657	1.576
2.02.01.03.01	Valore a pgar de Arrendamento Mercantil	1.657	1.576
2.02.02	Outras Obrigações	6.376	5.004
2.02.02.02	Outros	6.376	5.004
2.02.02.02.04	Valores a pagar à ANTT	6.376	5.004
2.02.04	Provisões	752.254	743.470
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.166	2.162
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.166	2.162
2.02.04.02	Outras Provisões	750.088	741.308
2.02.04.02.04	Provisão para Investimentos em ampliação e recuperação de rodovia	742.479	733.864
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	7.609	7.444
2.03	Patrimônio Líquido	594.489	586.877
2.03.01	Capital Social Realizado	797.516	797.516
2.03.02	Reservas de Capital	27.280	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	27.280	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-230.307	-210.639

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	122.236	356.657	96.514	264.397
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-111.259	-309.043	-72.861	-226.545
3.03	Resultado Bruto	10.977	47.614	23.653	37.852
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.692	-29.503	-9.295	-27.484
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.806	-32.058	-9.449	-27.877
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	114	2.555	154	393
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.715	18.111	14.358	10.368
3.06	Resultado Financeiro	-21.339	-50.329	-22.124	-62.811
3.06.01	Receitas Financeiras	800	2.878	467	1.264
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.139	-53.207	-22.591	-64.075
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.054	-32.218	-7.766	-52.443
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.979	12.550	5.913	17.217
3.08.01	Corrente	1.540	-1.443	0	0
3.08.02	Diferido	4.439	13.993	5.913	17.217
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.075	-19.668	-1.853	-35.226
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.075	-19.668	-1.853	-35.226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0269	-0,031	-0,003	-0,0555

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.075	-19.668	-1.853	-35.226
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.075	-19.668	-1.853	-35.226

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	88.058	69.082
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	125.325	112.017
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-32.218	-52.443
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	107.212	102.173
6.01.01.03	Provisão para Contingências	692	-843
6.01.01.04	Provisão para Manutenções	119	1.661
6.01.01.05	Juros, Variações monetárias e cambiais, líquidos	29.634	37.691
6.01.01.06	Apropriação do custo de transação	505	635
6.01.01.07	AVP da provisão para investimento da rodovia	18.266	23.089
6.01.01.08	AVP Arrendamento Mercantil	-110	147
6.01.01.09	Atualização e Multas ANTT	787	563
6.01.01.10	Provisão para crédito de liquidação	0	8
6.01.01.11	Baixa do Intangível	2.525	0
6.01.01.12	Margem de Lucro de Construção	-2.087	-664
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.180	-19.361
6.01.02.01	Contas a receber	3.173	261
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.813	-956
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-3.951	-2.178
6.01.02.05	Outros Ativos	-1.152	-654
6.01.02.06	Fornecedores	1.610	-16.175
6.01.02.07	Direito de uso pagos	-532	-466
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	1.673	2.776
6.01.02.09	Tributos a recolher	319	1.843
6.01.02.11	Outros passivos	-4.507	-3.812
6.01.03	Outros	-32.087	-23.574
6.01.03.01	Juros pagos sobre empréstimo	-30.193	-23.064
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.894	-510
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-105.082	-27.996
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-612	-5
6.02.02	Aquisições de bens do ativo Intangível	-104.470	-27.991
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-54.146	-7.431
6.03.01	Pagamentos e Empréstimos	-81.426	-47.431
6.03.02	Empréstimos e financiamentos recebidos	0	40.000
6.03.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	27.280	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71.170	33.655
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	105.552	41.105
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.382	74.760

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	797.516	0	0	-210.639	0	586.877
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	797.516	0	0	-210.639	0	586.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	27.280	0	0	0	27.280
5.04.08	Adiantamento para futuro de capital	0	27.280	0	0	0	27.280
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.668	0	-19.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.668	0	-19.668
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	797.516	27.280	0	-230.307	0	594.489

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	797.516	0	0	-173.531	0	623.985
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	797.516	0	0	-173.531	0	623.985
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.226	0	-35.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.226	0	-35.226
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	797.516	0	0	-208.757	0	588.759

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	380.513	286.176
7.01.02	Outras Receitas	380.513	286.176
7.01.02.01	Receitas de Pedágio e Acessórias	274.080	252.300
7.01.02.02	Receita de Construção	106.433	33.876
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.898	-119.161
7.02.04	Outros	-195.898	-119.161
7.02.04.01	Custo de Serviço de Construção	-104.346	-33.212
7.02.04.02	Custo de Concessão	-76.130	-72.872
7.02.04.03	Outras	-15.422	-13.077
7.03	Valor Adicionado Bruto	184.615	167.015
7.04	Retenções	-109.737	-102.173
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-109.737	-102.173
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	74.878	64.842
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.433	1.658
7.06.02	Receitas Financeiras	2.878	1.264
7.06.03	Outros	2.555	394
7.06.03.01	Outras Receitas	2.555	394
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	80.311	66.500
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	80.311	66.500
7.08.01	Pessoal	25.121	25.364
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.146	17.108
7.08.01.02	Benefícios	4.492	5.521
7.08.01.04	Outros	3.483	2.735
7.08.01.04.01	Honorário da Diretoria	906	675
7.08.01.04.02	Encargos Sociais (Exceto INSS)	1.353	1.285
7.08.01.04.03	Despesas com desligamento	411	284
7.08.01.04.04	Outros	813	491
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.320	10.277
7.08.02.01	Federais	2.341	-3.341
7.08.02.03	Municipais	16.979	13.618
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.538	66.085
7.08.03.01	Juros	53.207	64.075
7.08.03.02	Aluguéis	2.331	2.010
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-19.668	-35.226
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-19.668	-35.226

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 3º trimestre 2021

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

1.2. Introdução

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Comentário do Desempenho

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo de investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária, o qual é integralmente controlado pela PSP Investments.

No mês de abril de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre os grupos ROADIS e ENGEVIX, através do qual 100% do capital social da VIABAHIA passou a ser detido pelo Grupo ROADIS.

2. Destaques

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF, o pedido formulado pela Viabahia no âmbito do processo nº1009371-92.2017.4.01.3400, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da cláusula 16.5.1. Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento.

Em 19 de outubro de 2021, foi publicado no DOU o ato Declaratório Executivo DRF-FSA nº 68 de 18 de outubro de 2021, que habilita a Viabahia, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, com relação ao Projeto na área de Infraestrutura do Setor de Transportes -Rodoviário denominado Concessão das Rodovias BR-116, BR-324- BA 526 e BA -528.

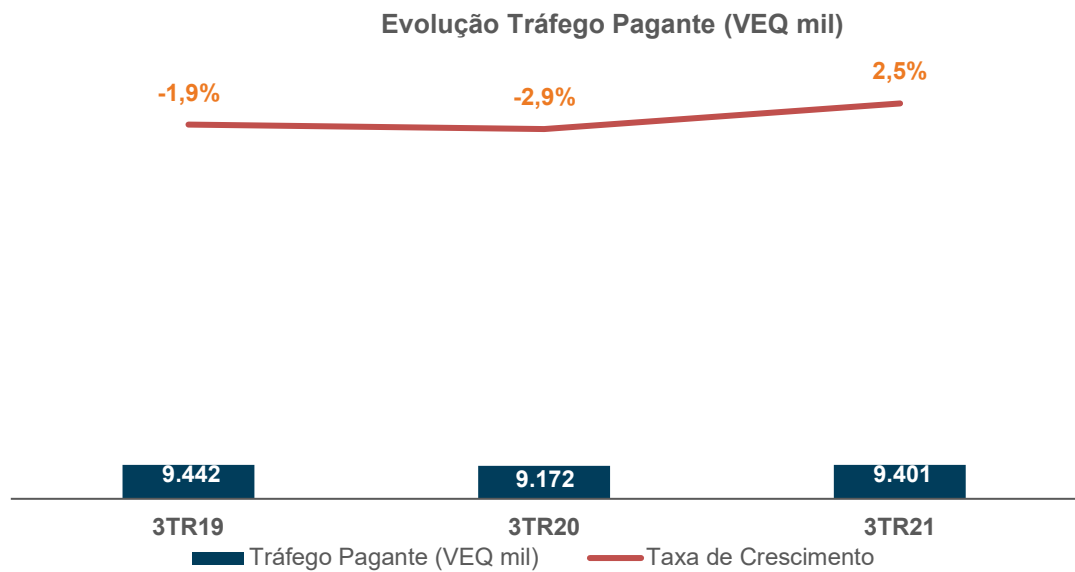
O incentivo fiscal consiste na suspensão da incidência do PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação destinadas ao ativo imobilizado e intangível de pessoa jurídica habilitada, que poderá ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no DOU.

2.1. Tráfego e Arrecadação

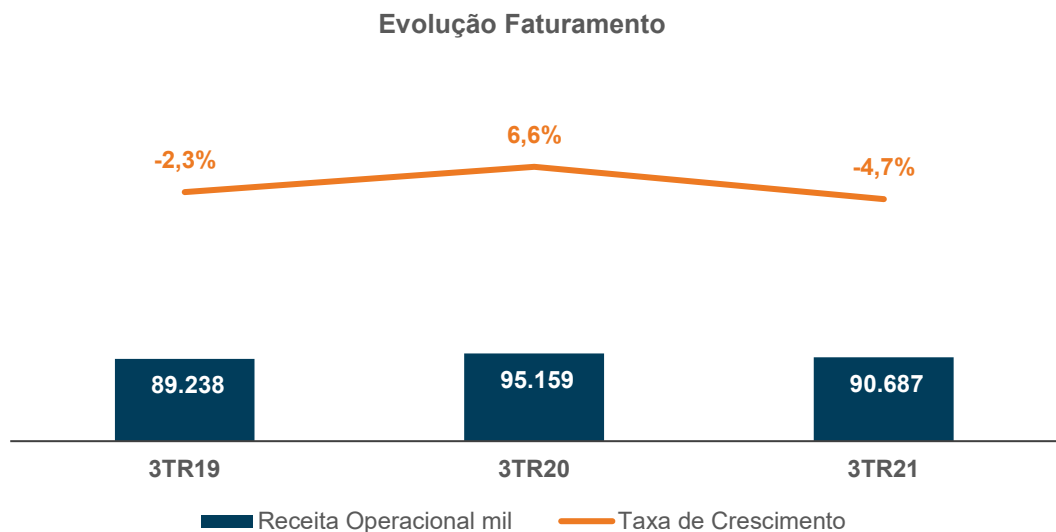
Foi publicada no Diário Oficial da União em 01 setembro de 2021 a 10ª Revisão Ordinária e 13ª Revisão Extraordinária, reduzindo a tarifa de pedágio em 14,83%, passando de R\$ 5,10 para R\$ 4,30 nas praças de pedágio da rodovia BR 116 e de R\$ 2,90 para R\$ 2,40 nas praças de pedágio da rodovia BR 324.

Comentário do Desempenho

Com relação ao volume de tráfego nas rodovias, a Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 3T21, registrou-se 9,4 milhões de veículos pagantes contra 9,1 milhões em comparação ao 3T20, um aumento de 2,5%, decorrente do tráfego dos veículos pesados (Cat. 7,8 e 9), impulsionado pela mudança no perfil da composição do tráfego nas rodovias.



A arrecadação de pedágio no 3T2021 foi de R\$ 90,6 milhões, comparado ao 3T2020, R\$ 95,1, houve uma diminuição de 4,7%, decorrente da redução da tarifa de pedágio.



Comentário do Desempenho

3. Efeitos da Pandemia do COVID-19

O COVID-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Em 27 de março de 2020 administração da companhia criou um plano de contingência emergencial divulgado internamente, para avaliar os impactos da Pandemia sobre sua operação, funcionários, prestadores de serviços e comunidade e usuários.

Para minimizar possíveis impactos no planejamento para 2020, especialmente com relação aos investimentos mais robustos, e preservar a liquidez financeira diante da crise a VIABAHIA adotou as seguintes medidas:

- Adesão ao programa emergencial junto ao BNDES e Bancos Repassadores, que suspende os pagamentos de amortizações de empréstimos e juros remuneratórios contratados nas modalidades direta e indireta - medida conhecida no mercado como Standstill, por 6 meses. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato;
- Outra medida adotada para mitigar os efeitos da COVID-19, foi a adesão a portaria nº 139, de 3 de abril de 2020 e a portaria nº 245, de 15 de junho de 2020 que foram editadas pelo Ministério da Economia, que prorroga os prazos para recolhimento de tributos federais, em decorrência da pandemia.
- A companhia também está em contenção das despesas, priorizando investimentos e contratou empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6,7 milhões equivalentes a R\$ 40 milhões, ao custo de EURIBOR + 2,0% a.a., pagamento semestral de juros e amortização de principal em parcela única no vencimento em 29 de novembro 2021, com possibilidade de postergação.

Após a implementação das medidas acima e com a estimativa de que o tráfego retorne aos níveis de antes do início da pandemia antes do final de 2020, a Administração acredita que atravessa o ano sem problemas de liquidez.

Comentário do Desempenho

Para preservar a saúde o bem-estar e a segurança dos colaboradores, terceirizados e comunidades foram criadas as seguintes medidas:

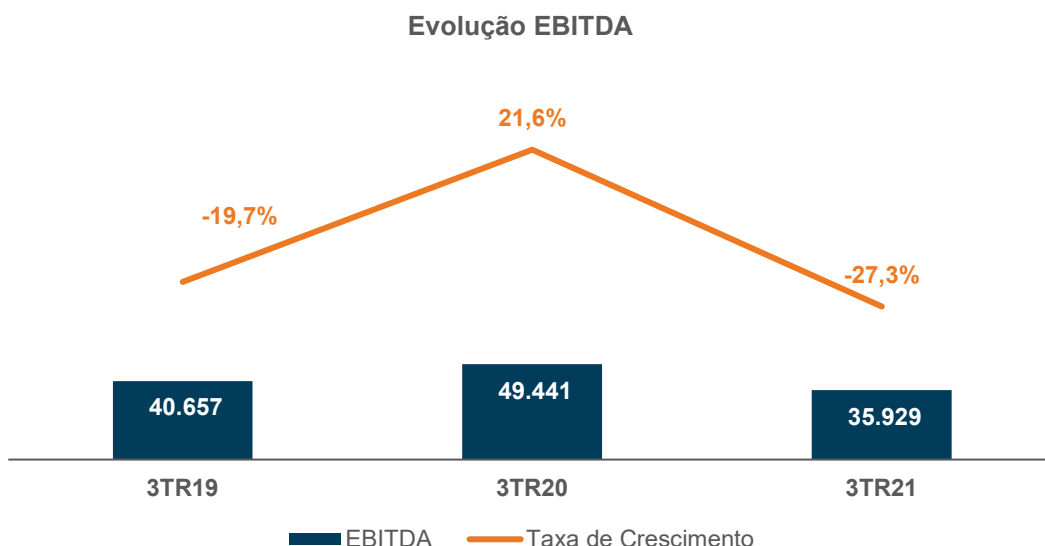
- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema home office, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da VIABAHIA, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância;
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação);
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da VIABAHIA contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	3T19	3T20	3T21	Var% 3T21/3T20
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	103.615	104.795	130.127	24,2%
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	89.977	95.951	91.544	-4,6%
- Receitas com Pedágio	89.238	95.159	90.687	-4,7%
- Receitas Acessórias	739	792	857	8,2%
- Receita de Construção (IFRS)	13.638	8.845	38.583	>100%
Tributos sobre serviços da Operação	(7.505)	(8.281)	(7.891)	-4,7%
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	82.472	87.670	83.653	-4,6%
(+) Receita de Construção (IFRS)	13.638	8.845	38.583	>100%
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	96.110	96.515	122.236	26,7%
Custos Operacionais	(77.940)	(72.861)	(111.259)	52,7%
- Custos de Manutenção	(11.412)	(11.091)	(14.199)	28,0%
- Provisão de Manutenção	(746)	(1.197)	(119)	-90,1%
- Custos de Operação	(18.881)	(18.135)	(21.086)	16,3%
- Custos de Monitoração	(17)	(22)	-	<-100,0%
- Custo de Construção (IFRS)	(13.371)	(8.671)	(37.826)	>100%
- Depreciação e Amortização	(33.513)	(33.745)	(38.029)	12,7%
Lucro Bruto	18.170	23.653	10.977	-53,6%
- Despesas Administrativas e Outras	(11.505)	(9.002)	(12.439)	38,2%
- Depreciação e Amortização	(275)	(294)	(253)	-14,1%
EBIT	6.390	14.356	(1.715)	<-100%
(+) Depreciação e Amortização	33.788	34.039	38.282	12,5%
EBTIDA	40.178	48.395	36.567	-24,4%
Ajustes	479	1.046	(638)	-161,0%
- Receita de Construção (IFRS)	(13.638)	(8.845)	(38.583)	>100%
- Custo de Construção (IFRS)	13.371	8.671	37.826	>100%
- Provisão de Manutenção	746	1.197	119	-90,1%
-Provisão Contingências	-	22	-	<-100,0%
- Outras despesas	-	-	-	
Valor EBITDA ajustado	40.657	49.441	35.929	-27,3%
Margem do EBITDA ajustado	49,3%	56,4%	43,0%	-23,8%
Resultado Financeiro Líquido	(20.771)	(22.124)	(21.339)	-3,5%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e CS	(14.381)	(7.768)	(23.054)	>100%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e corrente	5.635	5.914	5.979	1,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido do período	(8.746)	(1.854)	(17.075)	>100%

Comentário do Desempenho

- I. 4,7% diminuição da Receita Bruta de Pedágio no 3T2021 comparada ao montante registrado no 3T2020, decorrente da redução da tarifa de pedágio.
- II. Custos e despesas apresentam aumento de 51,1% frente aos valores do 3T2020, impactado principalmente, por maior gasto na recuperação e manutenção do pavimento.
- III. Com a conclusão do processo que visa reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, seguida pela retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.
- IV. Resultado operacional 27,3% abaixo em relação ao 3T20, impactado principalmente pela redução da Receita de Pedágio.
- V. Resultado financeiro dentro do esperado, considerando-se despesas financeiras R\$ 22,1 milhões, derivada do financiamento do ativo, descontando-se R\$ 0,8 milhões de juros recebidos de aplicação financeiras e variação cambial ativa.



5. Investimentos

A Companhia iniciou em 2021 o 12º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até setembro de 2021 foi de R\$ 2.025.842, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

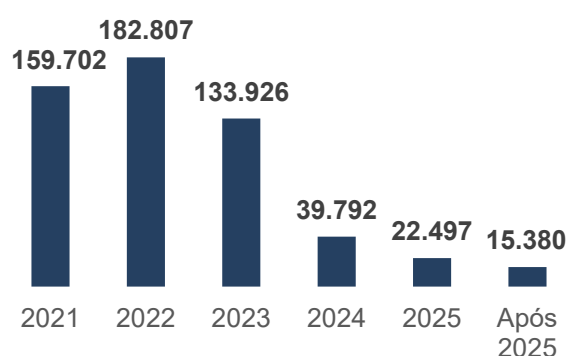
Comentário do Desempenho

6. Endividamento

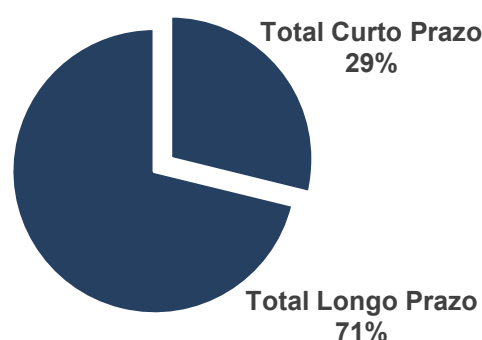
A Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Set_21
BNDES	TJLP + 2,16%	407.279
HAITONG	TJLP + 5,20%	39.229
Votorantim	TJLP + 5,55%	38.748
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	26.218
SOCGEN	Euribor + 2,00%	42.630
Total Saldo Dívida Financeira		554.104

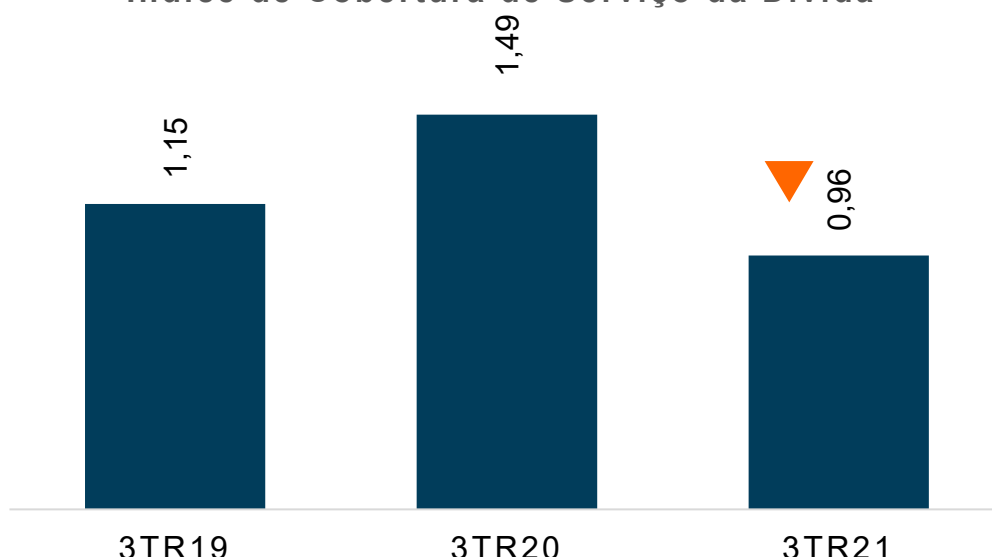
Cronograma de Pagamento da Dívida sem Encargos (R\$ mil)



Perfil da Dívida em Set 2021 - (R\$ mil)



Índice de Cobertura de Serviço da Dívida



Comentário do Desempenho

O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice no 3T21 foi de 0,96x comparado a 1,49 x do 3T20 (projetado levando-se em consideração o 5º aditivo assinado em 04 de agosto de 2020 junto ao BNDES e Bancos Repassadores, suspendendo o pagamento de 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios). A piora no indicador é decorrente da redução das receitas operacionais.

A Administração mantém-se próximo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, no momento do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, avançar com a revisão dos termos e condições do contrato de financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012, ajustando a liberação de recursos para a retomada de investimentos de grande porte. Do montante total de R\$ 1.369,3 milhões, R\$ 847,2 milhões foram efetivamente desembolsados, dos quais 41,9% já foram amortizados. Destaca-se a suspensão temporária dos desembolsos em meados de 2016, desde quando nenhum recurso adicional foi levantado junto ao Banco.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no trimestre findo em 30.09.2021 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

Declaração da Diretoria

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 12 de novembro de 2021.

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor Presidente

Bruno Viacelli Pontello
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos
Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração

José Antonio Labarra Blanco
Presidente

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Conselheiro

Eduard Soler Babot
Conselheiro

José Ramon Ballestros Martínez
Conselheiro

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****1. Contexto operacional**

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Árvores, Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG;
- BR-324 Salvador - Feira de Santana;
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528;
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- Obras iniciais: compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas;
- Recuperação: obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais;

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

- Duplicação condicionada: realização de obras de duplicação de pista da rodovia BR 116 e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos na rodovia BR 324, que totalizam, respectivamente, 441,6 Km e 106,7 Km de extensão, conforme indicado no PER (Programa de Exploração Rodoviária). As obras condicionadas são objeto da revisão quinquenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da Viabahia no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão;
- Obras obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras. As obras foram concluídas e estão em operação desde dezembro 19.

Investimentos realizados

A Companhia iniciou em 2021 o 12º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até setembro de 2021 foi de R\$ 2.025.842, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

A Companhia estima, em 30 de setembro de 2021, que para cumprir com as obrigações conforme contrato de concessão necessita do montante de R\$ 755.155 (R\$ 837.428 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para ampliação e renovação de rodovias, a valores atuais.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo revisados pelo menos anualmente. A Companhia vem negociando com o órgão regulador o prazo de execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio em sua revisão quinquenal, conforme descrito a seguir.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****Reequilíbrio Contrato de Concessão**

Em 22 de fevereiro de 2017, a ANTT comunicou, através do Ofício nº 096/2017/SUINF, a sua concordância com a abertura do processo da Revisão Quinquenal, prevista na cláusula 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação à sua compatibilidade com as reais necessidades advindas do Sistema Rodoviário e do cenário econômico brasileiro.

Em 8 de junho de 2017, através da carta VB-GEC-0540/2017, foi apresentada à ANTT a primeira proposta da revisão quinquenal, e, em 21 de agosto de 2017, foi entregue a proposta final.

Em 24 de abril de 2018 a ANTT, através do Ofício nº 0228/2018/GEFOR/SUINF efetuou a análise parcial dos parâmetros operacionais, parâmetros de desempenho e propostas de alteração contratual protocoladas na proposta original da Revisão Quinquenal.

Em 10 de agosto de 2018, através da carta VB-GEC-0737/2018 a Viabahia cobrou a apreciação célere e motivada dos pleitos, além de propor atuação conjunta, por meio da fixação de cronograma de reuniões e prazos para deliberação final de todas as revisões tarifária e contratual.

Em 07 de maio de 2019, através da carta VB-GEC-0423/2019 a Companhia requer que seja informada a exata situação da análise da 1ª Revisão Quinquenal e que seja definido calendário com prazos para a sua conclusão, que deverão ser estritamente cumpridos pela ANTT.

Em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, com fundamento no art. 22-A da Lei nº 9.307/96, para: i) assegurar que, até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (quinquenal), a ANTT mantenha as mesmas bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução; ii) se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimento, inclusive a de caducidade, respeitado o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iii) se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em setembro de 2019, foi protocolado no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC requerimento de instauração de procedimento arbitral contra a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Em 12 de dezembro de 2019, foi deferida a medida acautelatória nº 1023220 - 63.2019.4.01.3400, para assegurar que até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual, a ANTT mantenha as mesmas bases econômicas-financeiras contratuais, incluindo a condição tarifária, sem nova redução, se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos, inclusive a de caducidade, respeitando o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado e se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em 01 de junho de 2020, o Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC, por meio da ordem processual nº 05 no procedimento arbitral nº 64/2019/SEC7, decidiu pela revogação da medida liminar concedida em 12 de dezembro de 2019 nº 1023220-63.2019.4.01.3400, que assegura que até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual, a ANTT mantenha as mesmas bases econômicas-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução, se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimentos, inclusive a de caducidade, respeitando o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado e se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Manteve-se, entretanto, por meio da mesma ordem processual, a medida liminar concedida em 24 de outubro 2019 1003068-43.2018.4.01.0000, que suspende a execução das Obrigações e Investimentos previstos no item 2 Seção I do PER, isto é, obras e serviços não obrigatórios, obras e serviços de caráter obrigatório e obras condicionadas, bem como serviços não essenciais, além de suspender a exigibilidade das sanções advindas de eventual descumprimento das obrigações até que haja a conclusão da 1ª Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão da agravante. Estamos aguardando manifestação da ANTT sobre a deliberação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC para adoção das medidas pertinentes.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 01 setembro de 2021 a 10ª Revisão Ordinária e 13ª Revisão Extraordinária, reduzindo a tarifa de pedágio em 14,83%, passando de R\$ 5,10 para R\$ 4,30 nas praças de pedágio da rodovia BR 116 e de R\$ 2,90 para R\$ 2,40 nas praças de pedágio da rodovia BR 324.

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da cláusula 16.5.1.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento.

Investigações envolvendo a Companhia

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de 2017 do Contrato de Concessão - Edital nº 001/2008. Até 30 de setembro de 2021, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

1.1. Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia acumulou prejuízos em sua operação no montante de R\$ 19.668 (R\$ 35.226 em 30 de setembro de 2020) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 184.116 (R\$ 270.905 em 31 de dezembro de 2020). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases iniciais e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia, sendo que a previsão de gastos para 2021 está estimada em R\$ 117.022, tendo sido realizado até setembro R\$ 104.346, conforme Nota Explicativa nº 18, restando um saldo a ser realizado de R\$ 12.676 para obras de recuperação e demais obras de infraestrutura. Além da revisão quinquenal do contrato os planos da Administração visam à recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia.

Em dezembro de 2019, foram finalizados 76 km de duplicação obrigatória, referente aos trechos Contorno Sul de Feira de Santana BR-116 Sul e BR-324, trecho entre Feira de Santana e BA-052, trecho entre BA-052 e Santo Estevão, trecho entre Santo Amaro e BR-242 e implantação de duas passarelas na BR 116, nos Km 426 e 464. Com a entrega dos 9km a Viabahia concluiu a obrigação referente a Duplicação Obrigatória.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. A geração de caixa e os recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Notas Explicativas

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Administração está discutindo com o BNDES os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$ 1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 30 de setembro de 2021 totalizaram o montante de R\$ 847.275. Não houve recebimento de recursos no período de janeiro a setembro 2021.

Em 09 de agosto de 2018, a Companhia celebrou, com o BNDES, Instrumento Particular de Acordo de Suspensão Temporária de Exercício de Direitos e Outras Avenças (“*Standstill*”), através do qual foi acordada a suspensão do pagamento das próximas 12 (doze) prestações do valor de principal do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e o BNDES, no período compreendido entre setembro de 2018 e agosto de 2019.

Os valores referentes as prestações postergadas no período acima mencionado estavam programadas para serem liquidadas em maio de 2020.

Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, através do qual foi acordada a criação do Subcrédito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do *Standstill* no valor R\$ 56.781, que serão liquidadas em parcela única em maio de 2023.

Em 04 de agosto de 2020, a Companhia celebrou o 5º aditivo junto ao BNDES, acordando a suspensão dos pagamentos de 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida nos termos da medida emergencial de combate aos impactos do Coronavírus anunciado pelo BNDES em março de 2020. O pagamento das parcelas vincendas entre 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020 que estava suspenso foi retomado em 15 de janeiro de 2021. Os Bancos Repassadores igualmente aderiram à proposta de auxílio emergencial, suspendendo as amortizações mensais para o mesmo período. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.

1.2. Efeitos da Pandemia do COVID-19

COVID-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 3T21, registrou-se 9,4 milhões de veículos pagantes contra 9,1 milhões em comparação ao 3T20, um aumento de 2,5%, decorrente do tráfego dos veículos pesados (Cat. 7,8 e 9), impulsionado pela mudança no perfil da composição do tráfego nas rodovias.

Em 27 de março de 2020 a Administração da Companhia criou um plano de contingência emergencial divulgado internamente, para avaliar os impactos da Pandemia sobre sua operação, funcionários, prestadores de serviços e comunidade e usuários.

Para minimizar possíveis impactos no planejamento para 2020, especialmente com relação aos investimentos mais robustos, e preservar a liquidez financeira diante da crise, a Viabahia adotou as seguintes medidas:

- Adesão ao programa emergencial junto ao BNDES e Bancos Repassadores, que suspende os pagamentos de amortizações de empréstimos e juros remuneratórios contratados nas modalidades direta e indireta - medida conhecida no mercado como *standstill*, por 6 meses. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato;
- Outra medida adotada para mitigar os efeitos da COVID-19, foi a adesão à Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020 e portaria nº 245 de junho de 2020 editada pelo Ministério da Economia, que prorroga o prazo para recolhimento de tributos federais, em decorrência da pandemia;
- A Companhia também está em contenção das despesas, priorizando investimentos e contratou empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, com pagamento de juros semestrais com taxa de 2% a.a. + Euribor, com vencimento do principal em 29 de novembro 2021.

Após a implementação das medidas acima e com a retomada do tráfego aos níveis de antes do início da pandemia, a Administração acredita que atravessa o ano 2021 sem problemas de liquidez.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Para preservar a saúde, o bem-estar e a segurança dos colaboradores, terceirizados e comunidades foram criadas as seguintes medidas:

- Firmar procedimentos para a implantação de trabalho administrativo em sistema *home office*, objetivando a mitigação da exposição de grupos vulneráveis e a transmissão no âmbito da Viabahia, dentro das atividades que permitem a realização do trabalho à distância;
- Providenciar resposta às necessidades de informação e comunicação, interna e externa (Plano de Comunicação);
- Orientação as empresas terceirizadas quanto à sua responsabilidade em seguir todas as medidas por ela adotadas com relação à Pandemia, bem como adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do Coronavírus e da obrigação de notificação da Viabahia contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença (COVID-19).

2. Base para apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 31 de março de 2021.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.12 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

A conclusão destas informações contábeis intermediárias, foi autorizada pela Administração em 12 de novembro de 2021.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários à vista	11.025	6.092
Aplicações financeiras de liquidez imediata	23.357	99.460
	34.382	105.552

As aplicações financeiras em CDB correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 101,0% (98,0% a 101,0% em 31 de dezembro 2020).

4. Contas a receber

	30/09/2021	31/12/2020
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	11.818	14.184
Move Mais	1.531	2.443
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	793	1.197
ConectCar	715	775
Alelo	1.213	1.031
Visa vale pedágio	194	98
Outros (a)	1.929	1.638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.481)	(1.481)
	16.712	19.885

(a) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio (Tim Celular S.A., Petrobras, Odoia Transmissora de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais, Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 11.818 (R\$ 14.184 em 31 de dezembro 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****5. Despesas antecipadas**

	30/09/2021	31/12/2020
Seguros (i)	4.359	3.088
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	665	661
Outras despesas	3.061	385
	8.085	4.134

- (i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;
- (ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

6. Honorários da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 906 (R\$ 675 em 30 de setembro de 2020), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários, ver nota 19. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e ativo de direito de uso

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2019										
Saldo inicial	1.225	1.593	681	559	1	18	2.292	69	944	7.382
Aquisições	-	44	880	16	-	-	-	-	-	940
Transferência/reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-	(935)	(935)
Depreciação	(142)	(294)	(292)	(140)	(1)	(6)	(387)	(23)	-	(1.285)
Saldo contábil, líquido	1.083	1.343	1.269	435	-	12	1.905	46	9	6.102
Em 30 de setembro de 2020										
Custo	2.093	4.061	4.207	2.089	50	73	2.786	381	9	15.749
Depreciação acumulada	(1.010)	(2.718)	(2.938)	(1.654)	(50)	(61)	(881)	(335)	-	(9.647)
Saldo contábil, líquido	1.083	1.343	1.269	435	-	12	1.905	46	9	6.102
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.035	1.286	1.631	436	-	10	1.776	39	32	6.245
Aquisições	-	244	270	98	-	-	859	-	-	1.471
Transferência	-	6	7	10	-	-	-	-	(23)	-
Depreciação	(141)	(263)	(357)	(96)	-	(5)	(413)	(19)	-	(1.294)
Saldo contábil, líquido	894	1.273	1.551	448	-	5	2.222	20	9	6.422
Saldo em 30 de setembro de 2021										
Custo	2.093	4.345	4.956	2.239	50	73	3.645	381	9	17.791
Depreciação acumulada	(1.199)	(3.072)	(3.405)	(1.791)	(50)	(68)	(1.423)	(361)	-	(11.369)
Saldo contábil, líquido	894	1.273	1.551	448	-	5	2.222	20	9	6.422
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10		

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

8. Intangível

	Construção da infraestrutura (i)			Softwares	Intangível em formação	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos			
Em 31 dezembro de 2019						
Saldo inicial	1.102.825	144.844	632.558	713	63.750	1.944.690
Adição	-	-	10.828	-	-	10.828
Transferência	-	64	51.614	-	(51.614)	64
Realização provisão de investimento	19.297	1.927	1.824	-	-	23.048
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	(4.891)	(4.891)
Baixa de provisão de investimento	(19.297)	(1.927)	(1.824)	-	-	(23.048)
Amortização	(56.969)	(7.428)	(36.269)	(222)	-	(100.888)
Saldo contábil, líquido	1.045.856	137.480	658.731	491	7.245	1.849.803
Em 30 de setembro de 2020						
Custo	1.461.165	186.055	898.850	4.569	7.245	2.557.884
Amortização acumulada	(415.309)	(48.575)	(240.119)	(4.078)	-	(708.081)
Saldo contábil, líquido	1.045.856	137.480	658.731	491	7.245	1.849.803
Saldo em 31 de dezembro de 2020						
Saldo inicial	1.084.197	142.264	672.601	426	11.419	1.910.907
Adição	2.647	-	2.525	29	768	5.969
Baixa	-	-	(2.525)	-	-	(2.525)
Transferência	1.195	978	-	0	(2.173)	-
Realização provisão de investimento	76.864	10.335	15.819	-	-	103.018
Baixa da provisão de investimento	(76.864)	(10.335)	(15.819)	-	-	(103.018)
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	95	95
Amortização	(60.217)	(7.869)	(37.686)	(146)	-	(105.918)
Saldo contábil, líquido	1.027.822	135.373	634.915	309	10.109	1.808.528
Saldo em 30 de setembro de 2021						
Custo	1.522.604	194.337	924.967	4.598	10.109	2.656.615
Amortização acumulada	(494.782)	(58.964)	(290.052)	(4.289)	-	(848.087)
Saldo contábil, líquido	1.027.822	135.373	634.915	309	10.109	1.808.528
Prazo remanescente de amortização (anos)	14	14	14	5	-	

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****(i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)**

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo da amortização do ativo intangível até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

8.1. Movimentação das aquisições

Segue a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Investimentos realizados (Notas nºs 11 e 17)(*)	100.493	23.048
Adições ao intangível (Nota nº 8)	5.969	10.828
Adiantamentos a fornecedores (Nota nº 8)	95	(4.891)
Reclassificação (Nota nº 8)	-	64
Capitalização de juros	-	(394)
Margem de construção (Nota nº 17)	(2.087)	(664)
	<u>104.470</u>	<u>27.991</u>

(*) Trata-se de valores pagos, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos).

9. Fornecedores

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	49.316	48.031
Cauções contratuais (ii)	6.060	5.735
	<u>55.376</u>	<u>53.766</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação;
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	30/09/2021	31/12/2020
Moeda nacional					
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	90.610	316.669	407.279	470.813
BES (i)	TJLP + 5,2% a.a.	9.977	29.252	39.229	46.058
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	9.839	28.909	38.748	45.416
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	6.646	19.572	26.218	30.800
Subtotal		117.072	394.402	511.474	593.087
(-) Custos de transação (a)		(533)	(469)	(1.002)	(1.506)
(-) Títulos e valores mobiliários (b)		(37.303)	-	(37.303)	(36.097)
Empréstimos e financiamentos Nacional		79.236	393.933	473.169	555.484
Banco Socgen Financ. Ibéria (ii)	Euro + Euribor + 2,0% a.a.	42.630	-	42.630	43.001
Empréstimos e financiamentos Estrangeiro		42.630	-	42.630	43.001
Total de empréstimos e financiamentos		121.866	393.933	515.799	598.485

- (i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Até 30 de setembro de 2021, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$ 847.275, com vencimento final em 2027.

Em 10 de julho de 2020, o BNDES junto aos Bancos Repassadores aprovou a suspensão dos pagamentos de 6(seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida nos termos da medida emergencial de combate aos impactos do Coronavírus anunciada pelo BNDES em março de 2020. O pagamento das parcelas vincendas entre 15 de julho de 2020 a 15 de dezembro de 2020 foi suspenso, vindo a ser retomado em 15 de janeiro de 2021. Os valores das prestações suspensas serão incorporados ao saldo devedor e distribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. Os respectivos aditivos aos contratos de financiamento junto a cada instituição financeira foram formalizados em 04 de agosto de 2020.

(a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “project finance” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 37.303 (R\$ 36.097 em 31 de dezembro 2020), remunerada de 98% a 101% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

- (ii) Em 05 de junho de 2020 foi transferido o recurso referente ao contrato de empréstimo junto ao SOCGEN FINANCIACIONES IBERIA, S.L no valor de EUR 6.734 equivalentes a R\$ 40.000, para investimentos em obra de manutenção das rodovias das BR-116 e BR-324 e BAs com pagamento de juros semestrais com taxa de (2% a.a. + Euribor), com vencimento do principal em 29 de novembro 2021.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****10.1. Principais compromissos assumidos (“Covenants”)**

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 30 de setembro de 2021.

10.2. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2021
Até um ano	159.702
Acima de um ano e até dois anos	182.807
Acima de dois anos e até três anos	133.926
Acima de três anos e até quatro anos	39.792
Acima de quatro anos e até cinco anos	22.497
Mais de cinco anos	15.380
	554.104

10.3. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	109.322	474.262	-	-	583.584
Ingresso	-	-	-	40.000	40.000
Encargos - Resultado	32.917	-	231	-	33.148
Encargos - Capitalizados	394	-	-	-	394
Variação Cambial	-	-	-	4.543	4.543
Transferências	28.468	(28.468)	-	-	-
Amortização					
Principal	(47.431)	-	-	-	(47.431)
Pagamentos de Juros	(23.064)	-	-	-	(23.064)
(-) Custos de transação	-	635	-	-	635
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(2.204)	-	-	-	(2.204)
Saldo em 30 de setembro de 2020	98.402	446.429	231	44.543	589.605

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	143.222	412.262	43.001	-	598.485
Encargos - Resultado	29.649	-	699	-	30.348
Variação Cambial	-	-	(714)	-	(714)
Transferências	18.834	(18.834)	-	-	-
Amortização					
Principal	(81.426)	-	-	-	(81.426)
Pagamentos de Juros	(29.837)	-	(356)	-	(30.193)
(-) Custos de transação	-	505	-	-	505
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(1.206)	-	-	-	(1.206)
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>79.236</u>	<u>393.933</u>	<u>42.630</u>	<u>-</u>	<u>515.799</u>

11. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2025, prevê desembolsos de R\$ 755.155 (R\$ 837.428 em 31 de dezembro 2020), sendo que R\$ 12.676 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2021. Essa provisão foi revista, porém a Companhia está aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC. A instauração de procedimento arbitral contra a ANTT foi protocolada em setembro de 2019. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão através do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que possibilitará a reavaliação do contrato em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário, nos termos previstos contratualmente.

Seguem os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	30/09/2021	30/09/2020
SalDOS em 1º de janeiro	<u>837.428</u>	<u>756.801</u>
Ajuste a valor presente	18.220	23.063
Investimentos realizados	(100.493)	(23.048)
SalDOS em 30 de setembro	<u>755.155</u>	<u>756.816</u>
Circulante	12.676	14.824
Não circulante	742.479	741.992

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Em dezembro de 2020, a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados, bem como na revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 e das BA-526 e BA-528, mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. A revisão da provisão é considerada como uma mudança de estimativa contábil do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

12. Valores a pagar a ANTT

Em 2021, a Companhia tinha registrado 23 processos passivos com probabilidade de perda provável no valor nominal de R\$ 12.716. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela taxa SELIC referente a essas infrações.

Em 30 de agosto foi pago o processo NI 001/2013 com valor nominal R\$ 501 já registrado.

Em 23 de setembro de 2021, a Companhia protocolou o pedido de Parcelamento Ordinário SUROD/ANTT de débitos não inscritos em Dívida Ativa, foram incluídos 3 processos passivos com valor nominal R\$ 2.072, dos quais dois já tinha sido registrado com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 1.364, adicionalmente foi registrado 1 processo com valor nominal de R\$ 708, perfazendo um total de 23 processos com valor nominal de R\$ 12.923.

Em 04 de outubro de 2021, foi deferido o pedido de parcelamento pela ANTT.

As penalidades impostas pela ANTT, refere-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	29.668	31.041
Inclusão Débito Parcelamento	708	
Juros e multas de mora (i)	787	692
Pagamentos (ii)	(2.571)	(2.065)
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>28.592</u>	<u>29.668</u>
Circulante	22.216	24.664
Não circulante	6.376	5.004

(i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos, foram reconhecidos como despesas financeiras no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****13. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldo em 30/09/2021	Movimentação	Saldo em 31/12/2020
Margem de construção	(19.451)	214	(19.665)
Capitalização de juros no intangível	(16.860)	971	(17.831)
Ajuste de encargos financeiros - apropriação AVP	74.661	6.195	68.466
Amortização do intangível provisionado	71.102	7.387	63.715
Diferença de taxa de amortização do intangível	(3.775)	218	(3.993)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(340)	172	(512)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	3.257	235	3.022
Provisão para manutenção	2.588	56	2.532
Outras provisões	1.206	(1.455)	2.661
	112.388	13.993	98.395

14. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização prevista para 2021 é de R\$ 6.672, tendo sido realizado até setembro de 2021 o valor de R\$ 5.186 (R\$ 4.990 em 30 de setembro de 2020), sendo esse recolhimento efetuado mensalmente. O saldo a pagar em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 576 (R\$ 572 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito é no montante anual de R\$ 1.479 reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor total do gasto relativo à verba para segurança no trânsito durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$1.110 (R\$ 1.110 em 30 de setembro de 2020). Conforme Nota Explicativa nº 18.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****15. Valores a pagar de arrendamento mercantil**

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia a taxa obtida foi de 7,53% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo Inicial	429	1.576	2.005
Adição	859	-	859
Utilização	(532)	-	(532)
Transferência	(81)	81	-
AVP	(110)	-	(110)
	565	1.657	2.222

16. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social integralizado em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 797.516, e está representado por 635.121.766 ações ordinárias e sem valor nominal.

	Em milhares de ações ordinárias			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	635.121.765	99,999	635.121.765	99,999
Roadis Brasil Part. de Infraestrutura Ltda	1	0,001	1	0,001
	635.121.766	100	635.121.766	100

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, por meio do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Em dezembro de 2019, foi aprovada a renovação do incentivo fiscal SUDENE, por meio do Laudo Constitutivo nº 0173/2019, estendendo o prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia apurou um montante de R\$ 1.807, referentes ao incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos. O valor do benefício será constituído como reserva de incentivo fiscal, quando a Companhia apurar lucro.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de agosto 2021, a Roadis Participações na Viabahia Ltda, realizou adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") no montante total de R\$ 27.280 para fazer frente aos investimentos em obras da Companhia.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****17. Receita líquida**

	Trimestre Atual Exercício 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 30/09/2021	Trimestre Ano Anterior Exercício 01/07/2020 a 30/09/2020	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas de pedágio				
Numerários (i)	28.003	88.035	33.902	94.254
AVI - Sem parar (ii)	53.334	155.838	50.860	129.490
Visa Vale (iii)	6.481	17.894	6.368	15.721
DBTRANS (iii)	2.850	9.699	4.009	10.435
Sobras de arrecadação	19	57	20	66
	<u>90.687</u>	<u>271.523</u>	<u>95.159</u>	<u>249.966</u>
Receitas acessórias				
Receitas extraordinárias	857	2.557	792	2.334
Receitas de construção				
Obra de infraestrutura (iv)	38.583	106.433	8.844	33.876
Tributos sobre serviços da operação	(7.891)	(23.856)	(8.281)	(21.779)
	<u>122.236</u>	<u>356.657</u>	<u>96.514</u>	<u>264.397</u>

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques;
- (ii) Receitas oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo);
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	Trimestre Atual 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 30/09/2021	Trimestre Ano Anterior 01/07/2020 a 30/09/2020	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Receita de obra de infraestrutura	38.583	106.433	8.844	33.876
Custos de construção	(37.827)	(104.346)	(8.671)	(33.212)
	<u>756</u>	<u>2.087</u>	<u>173</u>	<u>664</u>

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****18. Custos dos serviços prestados**

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	Trimestre Atual Exercício 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 30/09/2021	Trimestre Ano Anterior Exercício 01/07/2020 a 30/09/2020	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Custos de conservação				
Custos com pessoal	(438)	(1.281)	(409)	(1.153)
Serviços de terceiros (i)	(12.824)	(33.042)	(9.991)	(32.819)
Material, equipamentos e veículos	(823)	(2.312)	(601)	(1.868)
Outros gastos conservação	(114)	(399)	(90)	(382)
Manutenção	(119)	(119)	(1.197)	(1.661)
	(14.318)	(37.153)	(12.288)	(37.883)
Custos de operação				
Custos com pessoal	(5.144)	(15.816)	(5.223)	(15.714)
Serviços de terceiros (ii)	(8.316)	(21.754)	(6.292)	(19.133)
Material, equipamentos e veículos	(3.692)	(9.375)	(2.938)	(8.438)
Verba de fiscalização e segurança no trânsito	(2.099)	(6.296)	(2.117)	(6.100)
Seguros	(900)	(2.705)	(728)	(2.242)
Baixa de ativo Intangível	(2.525)	(2.525)	-	-
Depreciação e amortização	(35.362)	(106.005)	(33.615)	(100.881)
Amortização				
Arrendamento	(141)	(412)	(129)	(388)
Outros gastos operação	(935)	(2.556)	(838)	(2.300)
	(59.114)	(167.444)	(51.880)	(155.196)
Custos de monitoramento				
Serviços de terceiros	-	(100)	(22)	(254)
Custos de construção				
Custos dos serviços de construção (iii)	(37.827)	(104.346)	(8.671)	(33.212)
	(111.259)	(309.043)	(72.861)	(226.545)

(i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia.

(ii) Referem-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.

(iii) Redução em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, item iv.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****19. Despesas gerais e administrativas**

	Trimestre Atual Exercício 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 30/09/2021	Trimestre Ano Anterior Exercício 01/07/2020 a 30/09/2020	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(4.138)	(11.075)	(4.213)	(12.431)
Honorário da Administração	(314)	(906)	(225)	(675)
Serviços de terceiros (i)	(3.476)	(9.973)	(3.597)	(9.601)
Depreciação e amortização	(252)	(795)	(294)	(904)
Propaganda e publicidade	(607)	(1.737)	(51)	(461)
Material, equipamentos e veículos	(232)	(625)	(146)	(417)
Arrendamentos e aluguéis	(169)	(479)	(127)	(364)
Gastos com viagens	(61)	(236)	(197)	(505)
Energia, telefone e correspondências	(30)	(89)	(31)	(83)
Ressarcimento de danos aos usuários	-	-	-	(2)
Associação de classe	(42)	(207)	(73)	(201)
Editais e publicações	(50)	(283)	-	(266)
Despesas com contingências	-	(692)	(22)	843
Contribuição patronal	(2)	(8)	(2)	(14)
Impostos, Taxas e Cartório (ii)	(2.269)	(2.657)	(112)	(377)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.164)	(2.296)	(359)	(2.419)
	(12.806)	(32.058)	(9.449)	(27.877)

(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social;

(ii) No 3º trimestre foram pagos 4 processos da ANTT AI 5086/5087/5027/5082 com valor nominal de R\$ 1.561 e adicionado um 1 processo no parcelamento ordinário com valor nominal R\$ 708.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****20. Resultado financeiro**

	Trimestre Atual Exercício 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 30/09/2021	Trimestre Ano Anterior Exercício 01/07/2020 a 30/09/2020	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamento	(12.534)	(30.348)	(13.914)	(37.691)
Apropriação de AVP sobre provisão para investimentos	(5.885)	(18.266)	(7.719)	(23.089)
Apropriação dos custos de transação	(168)	(505)	(211)	(635)
Apropriação juros sobre arrendamento	(42)	110	(47)	(147)
Juros de Mora	(563)	(787)	(117)	(563)
Outras	(2.947)	(3.411)	(583)	(1.950)
	(22.139)	(53.207)	(22.591)	(64.075)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	562	1.692	376	1.121
Variação Cambial ativa	-	637	-	-
Outras receitas financeiras	238	549	91	143
	800	2.878	467	1.264
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(21.339)	(50.329)	(22.124)	(62.811)

21. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é demonstrada como segue:

	Trimestre Atual Exercício 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 30/09/2021	Trimestre Ano Anterior Exercício 01/07/2020 a 30/09/2020	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(23.054)	(32.218)	(7.766)	(52.443)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal de 34% (2014 - 34%)	7.838	10.954	2.640	17.831
Incentivos fiscais			-	-
(-) Incentivo PAT	(58)	59	-	-
(-) Incentivo SUDENE	(1.697)	1.807	-	-
Adições (exclusões) permanentes	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis	(158)	(352)	(86)	(376)
Outras, líquidas	54	82	3.359	(238)
IR e CS apresentados no resultado	5.979	12.550	5.913	17.217

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social referentes aos trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 encontra-se a seguir:

	Trimestre Atual Exercício	Acumulado do Atual Exercício	Trimestre Ano Anterior Exercício	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	1.540	(1.443)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:				
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	4.439	13.993	5.913	17.217
IR e CS apresentados na demonstração do resultado	5.979	12.550	5.913	17.217

22. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 30 de setembro de 2021 e de 2020, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo:

	Trimestre Atual Exercício 01/07/2021 a 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 30/09/2021	Trimestre Ano Anterior Exercício 01/07/2020 a 30/09/2020	Acumulado do Ano Anterior Exercício 01/01/2020 a 30/09/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(17.075)	(19.668)	(1.853)	(35.226)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	635.121	635.121	635.121	635.121
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,026)	(0,031)	(0,003)	(0,055)

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios**

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 31 de dezembro 2019	773	9.136	9.909	
Constituição	22	42	64	
Baixa/Reversão	-	(907)	(907)	
Atualização monetária	23	-	23	
Saldos em 30 de setembro 2020	<u>818</u>	<u>8.271</u>	<u>9.089</u>	
Circulante	23	6.958	6.981	
Não circulante	795	1.313	2.108	
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 31 de dezembro 2020	830	8.290	9.120	
Constituição	693	(1)	692	
Atualização monetária	6	-	6	
Saldos em 30 de setembro 2021	<u>1.529</u>	<u>8.289</u>	<u>9.818</u>	
Circulante	694	6.958	7.652	
Não circulante	835	1.331	2.166	
	<u>Depósitos judiciais</u>			
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributário</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro 2020	1.005	12	1.897	2.914
Adições	31	-	509	540
Saldos em 30 de setembro 2021	<u>1.036</u>	<u>12</u>	<u>2.406</u>	<u>3.454</u>

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de probabilidade de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 30 de setembro de 2021 no montante de R\$ 9.818 (R\$ 9.120 em 31 de dezembro 2020);

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de probabilidade de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 129.777 (R\$ 126.460 em 31 de dezembro de 2020), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Até 30 de setembro de 2021, a Companhia possui 274 (273 em 31 de dezembro de 2020) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$ 551.854 (R\$ 500.556 em 31 de dezembro de 2020) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas. As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária ("PER");
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;
- (d) Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, nos quais solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 30 de setembro 2021, foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 65 processos (63 em 31 de dezembro de 2020), no montante total de R\$ 55.398 (R\$ 50.688 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração da Companhia, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, está discutindo com a ANTT a Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

Em abril de 2017, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$ 19.539.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Em 08 de novembro de 2017, foram julgadas improcedentes as impugnações apresentadas pela Companhia. Tendo em vista a avaliação dos consultores jurídicos como perda possível, em 4 de dezembro 2017, foi protocolado o recurso voluntário junto ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 14 de maio de 2019, foi negado provimento ao recurso voluntário apresentado pela Companhia. Tendo em vista a avaliação de nossos consultores como possível, em 19 de junho de 2019, foi protocolado o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

Em 02 de dezembro de 2019, em virtude da decisão julgando improcedente os embargos de declaração opostos pelos outros envolvidos, a Companhia foi intimada a reiterar o recurso especial apresentado em 19 de junho de 2019. Assim, em 11 de dezembro de 2019, foi protocolada petição reiterando o recurso especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda. Em 29 de setembro de 2020, a Companhia teve ciência sobre a decisão que admitiu parcialmente o Recurso Especial. Nesse sentido, em virtude da admissão parcial do Recurso Especial, em 02 de outubro 2020, a Companhia protocolou recurso (Agravo) perante a Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda visando a total admissibilidade do Recurso Especial. Em 08 de dezembro foi rejeitado pela 1ª turma CARF (Conselho Administrativo de Recursos Especiais) o Agravo interposto. Em 10 de junho de 2021, a Viabahia ingressou com Ação Ordinária para discussão do mérito do auto de infração.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como “possível” a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

24. Gestão de riscos e instrumentos financeiros**a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****b) Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de “benchmark” de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e de flutuações das taxas de câmbio para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10), dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****e) Risco de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP e flutuações das taxas de câmbio para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Estrangeiro	Alta Euribor 6m	(853)	(1.066)	(1.279)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	(24.960)	(31.200)	(37.440)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	2.742	2.057	1.371

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Estrangeiro	Euribor 6 mês	2,00%	2,50%	3,00%
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	4,88%	6,10%	7,32%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,25%	4,69%	3,13%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****g) Instrumentos financeiros**

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP e flutuações das taxas de câmbio.

O quadro a seguir apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

	<u>Classificação Inicial pelo CPC 38</u>	<u>Saldo em 30.09.2021</u>	<u>Nova classificação de acordo com o CPC 48</u>
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	34.382	Custo amortizado
Aplicação Financeira L. Prazo	Valor justo por meio de resultado	400	Custo amortizado
Passivos financeiros			
Empréstimos e fin. Nacional	Valor justo por meio de resultado	511.474	Custo amortizado
Empréstimos e fin. Estrangeiro	Valor justo por meio de resultado	42.630	Custo amortizado
Fornecedores	Valor justo por meio de resultado	55.376	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Valor justo por meio de resultado	14.269	Custo amortizado

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de longo prazo. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 pode ser assim sumariado:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	515.799	598.485
Total dos valores a pagar a ANTT (Nota Explicativa nº 12)	28.592	29.668
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(34.382)	(105.552)
Menos: Aplicação Financeira Longo Prazo	(400)	-
Dívida líquida	509.609	522.601
Total do patrimônio líquido	594.489	586.877
	<u>0,86</u>	<u>0,89</u>

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)****25. Informações por segmento**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

26. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	150.000	Março/2022
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	120.857	Setembro/2022
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	129.866	Outubro/2023
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/2022
Responsabilidade civil geral	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/2022
Garantia processo judicial	Processo judicial nº 8033392-10.2019.8.05.001 Terrabras Terraplenagens do Brasil	13.224	Maio/2023

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- **Risco de engenharia / nomeados e operacionais:** cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão;
- **Garantia de execução da obra:** seguro o qual a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações;
- **Seguro de responsabilidade civil geral:** cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão;

Notas Explicativas**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****Notas Explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

- **Seguro de responsabilidade civil administradores:** cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente;
- **Seguro judicial:** cobertura sobre pagamentos de valores que a companhia necessite realizar no tramite do processo da Terrabras do tribunal de justiça da Bahia.

27. Eventos subsequentes

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da cláusula 16.5.1. Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento.

Em 19 de outubro de 2021, foi publicado no DOU o ato Declaratório Executivo DRF-FSA nº 68 de 18 de outubro de 2021, que habilita a Viabahia, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, com relação ao Projeto na área de Infraestrutura do Setor de Transportes - Rodoviário denominado Concessão das Rodovias BR-116, BR-324- BA 526 e BA - 528.

O incentivo fiscal consiste na suspensão da incidência do PIS e COFINS sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação destinadas ao ativo imobilizado e intangível de pessoa jurídica habilitada, que poderá ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no DOU.

Em 01 de novembro 2021, a Roadis Participações na Viabahia Ltda, realizou adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") no montante total de R\$ 12.000 para fazer frente aos investimentos em obras da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Continuidade operacional - Revisão do contrato de concessão e plano estratégico de contingência

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, onde a Companhia apresenta, em 30 de setembro de 2021, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 184.116, além de prejuízos no período corrente e acumulado nos montantes de R\$ 19.668 e R\$ 230.307, respectivamente. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Com o objetivo de superar essa instabilidade financeira e operacional, a administração preparou um plano de contingência contendo um conjunto de ações, tendo como destaque o processo junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no âmbito do procedimento arbitral protocolado no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), requerendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em paralelo, a Companhia vem galgando êxitos nas negociações de postergação de parte dos vencimentos de suas dívidas de curto prazo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da obtenção de novas captações de recursos para complementar as perdas de capital de giro decorrentes de redução da operação. As informações contábeis intermediárias, em 30 de setembro de 2021, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios que consideram, entre outros aspectos, o sucesso desse plano estratégico de contingência e não incluem, portanto, nenhum ajuste relativo à realização e/ou classificação dos valores de ativos e passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como

informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR). Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de maneira consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 12 de novembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA

Manuel Perez Martinez Junior
Contador CRC 1 BA 025458/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09**

Bruno Viacelli Pontello, com endereço na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Jaracatiá n°, 106, CEP 41.820.665, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o n° 020.793.310-35, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A., instituição com sede na Cidade de Salvador, Estado Bahia na Rua Jaracatiá n°, 106, CEP 41.820.665, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 10.670.314/0001-55 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 12 de novembro de 2021.

Bruno Viacelli Pontello
Diretor de Relações com os Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09

Bruno Viacelli Pontello, com endereço na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Jaracatiá n°, 106, CEP 41.820.665, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o n° 020.793.310-35, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A., instituição com sede na Cidade de Salvador, Estado Bahia, na Rua Jaracatiá n°, 106, CEP 41.820.665, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 10.670.314/0001-55 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 12 de novembro de 2021.

Bruno Viacelli Pontello
Diretor de Relações com os Investidores